

**DA BATÉIA À ENXADA:
ASPECTOS DO SISTEMA SERVIL E DA ECONOMIA MINEIRA
EM PERSPECTIVA, 1800-1870**

VERA ALICE CARDOSO SILVA
Universidade Federal de Minas Gerais

Durante o período áureo da mineração, de começo a meados do século XVIII, a Capitania de Minas reuniu, em geral, o maior contingente de escravos do país, quer transferidos de outras Capitanias, quer diretamente importados da África. Maurício Goulart calcula que não menos de 450 mil escravos tenham entrado na Capitania, entre 1700 e 1820¹.

Mesmo em 1776, momento em que a decadência da atividade mineradora já estava bastante evidente², a população escrava ainda excedia o total de pessoas livres. Dessas, havia 152.774, convivendo com 166.995 escravos³.

No século XIX, no entanto, o ritmo de crescimento da população livre é muito mais intenso que o da população escrava, como se pode ver pelo Quadro 1. Dentro do quadro geral da população brasileira, nesse período, Minas é a Província que detém o maior contingente populacional e também a maior concentração de escravos, até 1888. Em 1866, por exemplo, de acordo com estimativas do Senador Pompeo, a Província de São Paulo possuía 750.000 habitantes livres e cerca de 85.000 escravos, enquanto Minas reunia 1.150.000 livres e cerca de 300.000 escravos. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro eram as demais Províncias possuidoras de grandes contingentes de escravos, aproximando-se também do total de 300.000, de acordo com a mesma fonte⁴.

Quadro 1

População de Minas entre 1743 e 1872

Ano	População escrava	População livre	População total
1743 ¹	94.424	-	-
1776 ²	166.995	152.774	319.769
1786 ³	174.135	188.712	393.698
1805 ⁴	188.781	218.223	407.004
1808 ⁴	148.772	284.277	433.049
1821 ⁴	171.204	343.333	514.797
1823 ⁴	188.595	375.076	563.671
1842 ⁵	-	-	847.430
1848 ⁶	-	-	998.616
1854 ⁶	-	-	1.042.742
1866 ⁷	±300.000	±1.150.000	1.450.000
1872 ⁸	373.193	1.729.505	2.102.698

Fontes: ¹ Matrícula de escravos, baseada na captação de 1743. Rev. do Arquivo Público Mineiro, ano II, 1897, p. 485. Ver quadro C, apêndices.

² W.L.von Eschwege, Pluto Brasiliensis, vol.2, p. 454. Ver Quadro D, apêndices.

³ Recenseamento de 1876. RAPM, ano IV, 1899, p. 294. Ver Quadro E, apêndices.

⁴ Recenseamentos reproduzidos na RAPM, ano IV, 1899, pp. 294-295. A discrepância maior nos dados para 1805 e 1808 localiza-se no grupo de mulatos, podendo-se supor que estivesse ligado ao intenso movimento de alforria da época. Ver Quadros F, G, H e I, apêndices.

- ⁵ População calculada a partir de um mapa contendo o número de fogos e votantes, distribuídos pelos municípios da província. Reproduzido no relatório do presidente Bernardo Jacintho da Veiga, em 23 de março de 1843. Foi usado o multiplicador 6.
- ⁶ Estimativas feitas pelo Major Luiz Maria da Silva Pinto, utilizando mapas parciais então disponíveis. Reproduzido do relatório do presidente Pereira de Vasconcellos, em 25 de março de 1855.
- ⁷ Citado por BURTON, op. cit., vol. I, p. 396, onde reproduz as estimativas feitas pelo senador Pompeo da população escrava e livre, em todas as províncias brasileiras.
- ⁸ Censo de 1872. População escrava recomputada por Amílcar Martins Filho.

Em que novas atividades se envolveram esses escravos, quando a exploração de ouro e diamantes decresceu em importância econômica, deixando de favorecer o uso intensivo da mão-de-obra servil? Maurício Goulart chama atenção para o fato de que a decadência da mineração produziu, concomitantemente, um significativo aumento da população alforriada. O Quadro 2 resume esse movimento, entre 1786 e 1821:

Quadro 2

População alforriada, entre 1786 e 1821

Categorias	1786	1805	1808	1821
Mulatos alforriados	80.309	92.049	129.656	152.924
Negros alforriados	42.739	48.139	47.937	53.719
Total de alforriados	123.048	140.188	177.593	206.643
População total	362.847	407.004	433.049	514.537
% de alforriados	35,0%	34,4%	41,0%	40,3%
% de mulatos entre os alforriados	65,1%	65,0%	73,0%	73,3%

Fonte: GOULART, Maurício. Escravidão Africana no Brasil, S.Paulo, s.d., p. 158.

A opção pela alforria em massa ao invés da realocação dos escravos em novas atividades produtivas é indicativa da natureza fundamental dos problemas que a Província teria que enfrentar por todo o século XIX. Não havia uma alternativa econômica imediatamente viável e lucrativa que pudesse substituir o curto e dinâmico ciclo do ouro, claramente esgotado por volta de 1780. O retorno a formas mais ou menos rudimentares de economia de subsistência foi responsável por um rápido e intenso movimento de dispersão populacional, que marcou essencialmente a história da Província entre 1800 e 1850. Não obstante esse processo, que pode ser observado no Quadro 3, a população tanto livre quanto escrava continuou concentrada nas antigas áreas de mineração.

Para fins de comparação, pode-se considerar a Zona Metalúrgica como compreendendo as regiões de Ouro Preto e do Serro, a primeira exclusivamente aurífera, a segunda incluindo o importante Distrito Diamantino. Constituiu o núcleo inicial de ocupação do território mineiro, dos primeiros anos até meados do século XVIII, quando o sul e o oeste passaram também a ser desbravados em busca de pedras e metais preciosos⁵. A região central, ou o Campodas Vertentes, como é modernamente chamado, se caracterizava por ser o ponto de convergência dos viajantes e tropas que vinham da ou se dirigiam para a capital do Império, provenientes de qualquer ponto do território mineiro. Aí se localiza Barbacena, famosa em 1818 como em 1865 pelo seu movimento de tropeiros e prostitutas, observado tanto por Saint-Hilaire, no começo do século, como pelo Capitão Burton, tantos anos mais tarde, quando o centro do dinamismo econômico da província deixara definitivamente a Zona Metalúrgica.

O oeste, ou região do Paracatu, foi custosamente desbravado mais para o fim do século XVIII, na vã esperança de que a descoberta inicial de diamantes levasse a veios mais ricos que os do Distrito Diamantino. Se aos poucos a pecuária e a lavoura se impuseram como atividades dominantes, a ilusão dos ricos veios de pedras preciosas manteve muitos numa vida marginal e aventureira, já bem entrado o século XIX. Tanto foi assim que a descoberta de um rico veio de diamantes, em 1849, no distrito de Bagagem, no município de Patrocínio, rapidamente levou para ali mais de vinte mil pessoas, segundo o relato do presidente da província⁶.

Quadro 3

População de Minas, por regiões, entre 1743 e 1872

Anos Regiões	1743 ¹		1821 ¹		1854* ²		1872* ²	
	Pop. escrava	Pop. total	Pop. escrava	Pop. total	Pop. escrava	Pop. total	Pop. escrava	Pop. total
1. Metalúrgica	78.885	-	92.830	-	84.914	425.094	89.374	-
2. Campo das Vertentes	15.380	-	85.295	-	16.025	149.550	16.025	-
3. Paracatu	-	-	4.057	-	16.078	59.462	13.122	-
4. Sul	-	-	-	-	18.843	183.219	16.423	-
5. Mata	-	-	-	-	23.397	90.479**	27.393	-

OBS: * Para os anos de 1854 e 1872, as informações são parciais. Referem-se a 26 dos 50 municípios que a província possuía. Dados retirados do relatório do presidente Pereira de Vasconcellos, em 25 de março de 1855.

** Desse total parcial, não consta a população de Mar de Espanha, da qual se sabe o total de escravos.

¹ A distribuição original da população foi dada por comarcas, como se pode ver nos quadros J e L, apêndices.

² Baseado nos quadros 6 e 7.

O Sul, já visto como um prolongamento da Zona Metalúrgica pelos primeiros povoadores, fôra sendo progressivamente ocupado pelos aventureiros frustrados com a rápida exaustão das lavras na região da antiga Vila Rica. Desse modo, já no início do século XIX, vários núcleos habitados animavam o sul da província, enquanto o leste, posteriormente conhecido como Zona da Mata, era essencialmente uma área de passagem, ligando as zonas mais populosas do centro-sul e centro-norte ao Rio de Janeiro.

A importância econômica dessas regiões de ocupação mais recente começou a configurar-se após a década de 1820, quando a opção pela agricultura tornou-se irrevogável devido ao reconhecimento de que a exploração mineral só poderia voltar a ser lucrativa com um considerável aumento de investimento, como estavam fazendo os ingleses na região de Sabará e Santa Bárbara, desde 1824⁷.

Ao longo desse processo de diversificação da economia, acompanhado pela dispersão da população sobre um vasto território, o uso do trabalho escravo passou a assumir características cada vez mais peculiares, sendo a sub-utilização desse recurso o traço a ser enfatizado. A manutenção parcial de muitos escravos nas atividades de mineração primitiva (exploração de leitos de rios e grupiarias), a utilização de métodos agrícolas absolutamente predatórios, forçando freqüentes avanços nas florestas virgens para conseguir colheitas compensadoras, o intenso uso dessa mão-de-obra em serviços domésticos e construções públicas (principalmente estradas e pontes), quando comparados com indicadores que evidenciam o pequeno dinamismo da economia provincial, tomada em seu conjunto, são sinais da natureza pouco lucrativa do uso da mão-de-obra escrava em Minas, nesse período.

A finalidade deste trabalho é acompanhar, embora de modo bastante incompleto⁸, esse processo de transição de uma economia essencialmente mineradora para uma economia agrícola que continuou a basear-se em mão-de-obra escrava. O caso mineiro é particularmente interessante porque 1º) a população escrava concentrada na mineração não foi, em sua maioria, redistribuída para outras regiões, e deliberadamente maximizada em outras atividades; 2º) o crescente número de habitantes livres não constituiu um mercado de trabalho

suficientemente ativo e eficaz para manter a expansão agrícola sem uso intenso de mão-de-obra escrava, a qual teve que ser importada de outras regiões do país, à medida que as novas regiões de ocupação, no Sul e na Mata, intensificavam sua atividade econômica.

Os viajantes estrangeiros, que percorreram a Província em diferentes momentos, como John Mawe, em 1809; Auguste de Saint-Hilaire, em 1818-1821; George Gardner, em 1836-1841; Richard Burton, em 1865-1867, foram unânimes em comentar a grande dispersão da população e o grande número de povoados, constituídos essencialmente de mulatos e negros livres, espalhados desde a região de Barbacena até o norte da província, na fronteira com a Bahia. Enfatizaram o caráter primitivo da economia nesses lugares: praticamente nenhuma circulação de dinheiro, produção em pequena escala de gêneros de primeira necessidade e uma apatia generalizada em face de qualquer proposta de trabalho contínuo e remunerado, bem como de inovações técnicas, capazes de aumentar a produção e mudar o estilo de vida local. Comentaram largamente o padrão predominante de posse de escravos nas regiões decadentes da mineração; um grande número de proprietários de poucos escravos, empregados preferentemente nas rotinas domésticas, no pequeno artesanato e na agricultura de subsistência⁹.

Por outro lado, à medida que a economia agrícola se expandia no Sul e na Mata, aumentavam as queixas dos fazendeiros a respeito da falta de mão-de-obra e das dificuldades em segurar trabalhadores livres diaristas¹⁰. Já está também um outro aspecto peculiar da evolução econômica mineira, ou seja, a impossibilidade de se constituir um mercado regional de mão-de-obra capaz de atrair a força de trabalho das regiões decadentes para aquelas que manifestavam razoável nível de dinamismo expansionista.

O Quadro 1 revela alguns aspectos fundamentais para a compreensão do período que vai do esgotamento da atividade mineradora à fixação de uma economia agrícola bastante diversificada, embora pouco moderna. Em pouco menos de um século, de 1786 a 1866, a população escrava quase dobrou, embora tenha continuado bastante concentrada nas antigas áreas de mineração, como se pode ver pelo Quadro 3. Permaneceu bastante estável, no entanto, entre 1786

e 1823, podendo-se supor que a diminuição causada pelas alforrias fosse compensada parcialmente por novas compras, num ritmo que não alterava essencialmente o tamanho da população escrava e sua relação com a população livre. De fato, entre 1786 e 1823, aquela constituiu, em média, 49% dos habitantes da província, sendo que tal relação só foi radicalmente mudada nas décadas de 1830 e 1840. Com efeito, a estimativa da população mineira para o ano de 1842 é de 847.430. Se por volta de 1866 havia cerca de 300.000 escravos na Província, é difícil supor que a população escrava constituísse então até mesmo 40% desse total.

De todo modo, entre 1823 e 1866, ou seja, em menos de cinquenta anos, o número de escravos aumentou mais de uma vez e meia, indicando que a economia adquirira um ritmo suficientemente dinâmico para justificar aquisições constantes ou em massa de mais escravos. Mais significativo ainda é o crescimento que se observa entre 1866 e 1872: em menos de uma década, pelo menos setenta mil novos escravos entraram a mão-de-obra servil em Minas.

Tais números assumem um significado ainda maior quando confrontados com o crescimento da população livre, a sua distribuição dentro do território e as características do sistema econômico que se organizou nesse período.

A população livre cresceu mais de seis vezes entre 1786 e 1866; triplicou entre 1823 e 1866, ou seja, em menos de cinquenta anos. Estamos, então, diante de um quadro de uma população multiplicando-se rapidamente, mas de modo bem peculiar. Com efeito, a dispersão pelo território continuou a ser características distintiva da província, os agrupamentos urbanos ativos continuaram a ser uma raridade. A ausência de um sistema de comunicação eficiente contribuía para que a compartimentação do sistema econômico persistisse, impedindo o fluxo lucrativo de bens e serviços dentro da própria província.

Até 1856, quando se iniciou a construção da estrada da União e Indústria, ligando o centro da província (a região de Barbacena) ao Rio de Janeiro, Minas era cortada por picadas irregulares, dificilmente transitáveis na época das chuvas, segundo o testemunho dos viajantes estrangeiros e das próprias autoridades administrativas. A falta de

um sistema de transportes que fosse bom e barateasse os custos de frete foi sempre considerada uma das principais causas do atraso econômico da província, ao lado da crônica queixa da "falta de braços". Especialmente os viajantes estrangeiros se davam conta dessa dificuldade, atribuindo o pouco dinamismo da produção às dificuldades da comercialização. Comentava Burton, em 1865, que para Minas, *"(the) sole grievance at present is want of postal and telegraphic communication, of roads, railways - (...) there is not yet a kilometre of rail - and river navigation; with these improved, it may confidently look to a great and glorious future"*¹¹.

A melhoria do sistema de transportes constituía igualmente a preocupação principal do Governo Provincial, sendo que a parte do leão, no orçamento público, era sempre dedicada à construção e reparo de estradas e pontes, em todo o território da Província. Na década de 1860, a preocupação com o estímulo ao desenvolvimento da navegação fluvial, especialmente nos rios ao norte da Província, como o São Francisco, Doce, Mucuri e Pardo, levou o governo a conceder os direitos de exploração a particulares, que se comprometiam a criar a infra-estrutura necessária ao sucesso do empreendimento. Várias tentativas nesse sentido fracassaram, sendo plausível supor que seu insucesso fosse devido ao caráter muito rudimentar da produção local, dificultando a competição com produtos similares de outras regiões¹².

O ramal da Estrada de Ferro Pedro II, chegando ao município de Mar de Espanha, foi inaugurado a 27 de junho de 1868. É significativo que tal melhoramento tivesse atingido primeiro a área mais recente de ocupação econômica da Província, embora a população continuasse a se concentrar mais claramente nas regiões mais antigas da mineração.

A precariedade do sistema de transportes pode ser considerada uma razão para a pequena mobilidade da população, incluindo a escrava, concomitantemente à decadência da mineração.

Já em 1814, como pode ser visto no Quadro 4, o número de escravos permanentemente empregados nas atividades

des de mineração era extremamente reduzido, não chegando a 10% da população escrava total.

O quadro geral da decadência da Zona Metalúrgica é bem pintado pelos viajantes estrangeiros já citados, que comentaram o paradeiro das antigas "cidades do ouro", agora só movimentadas aos domingos e dias santos, quando os lavradores abriam suas casas e assistiam às cerimônias e festas religiosas. Tais cidades se despovoaram em favor da roça e nem sempre os novos lavradores se mantiveram na vizinhança das cidades para poderem visitá-las periodicamente. A cidade de Ouro Preto, capital da Província, que, no período colonial, chegara a ter mais de vinte mil habitantes, na maioria escravos, abrigava menos de cinco mil pessoas, em 1850, sendo 4.089 livres e apenas 808 escravos¹³.

O mesmo quadro de decadência urbana na região mineradora pode ser constatado no caso de São José Del Rei que, em 1826, possuía 10.415 escravos dentro da cidade e, menos de trinta anos depois, em 1854, reunia somente 5.188 escravos no município inteiro¹⁴.

O que estavam fazendo os escravos da região Metalúrgica, em 1854, quando ainda eram, pelo menos, 84.914? Ou, em 1821, quando atingiam a cifra de 92.830?¹⁵ Sua distribuição pelas diferentes atividades econômicas é praticamente impossível de ser definida para este período. No entanto, conhecem-se com alguma exatidão as características da evolução econômica da Zona Metalúrgica, durante o século XIX. As fontes informativas continuam a ser os relatos dos viajantes que a percorreram bastante extensamente, em diferentes momentos, entre 1800 e 1870, e os relatórios de diversos presidentes da Província.

Pelo alto nível de concentração da mão-de-obra que exigia e pela necessidade de implementos para sua execução, a atividade mineradora estimulou rapidamente o desenvolvimento de setores complementares. Este foi o caso da agricultura para a produção de alimentos, da criação de animais (dos quais se usava tanto a carne como o couro, além de serem o único meio de transporte) e da atividade metalúrgica.

A cultura do algodão e a manufatura têxtil desen-

Quadro 4

Proprietários de Minas, trabalhadores livres e escravos, em 1814, por distritos

Distritos ou Termos	Nº de lavras	Nº de proprietários ou mineiros	Nº de pessoas alugadas	Nº de escravos	Faísca-dores livres	Faísca-dores escravos
1. Vila Rica	67	67	23	3.457	479	315
2. Mariana	126	123	44	1.886	600	591
3. São João Del Rei	31	31	27	362	-	3
4. São José	34	34	7	307	46	8
5. Barbacena	12	10	11	77	122	154
6. Sabará	55	56	25	757	457	143
7. V. Nova da Rainha	95	95	33	1.813	801	385
8. Paracatu	17	17	7	141	139	60
9. Vila do Príncipe	15	15	23	317	120	293
10. Serro do Frio	74	75	81	288	159	42
11. Campanha da Princesa	50	55	5	788	3	22
12. Minas Novas	8	11	2	60	20	22
13. Pitangui	47	47	47	350	345	10
Soma	631	636	335	10.603	3.291	2.048

Fonte: W.L.von Eschwege. Pluto Brasiliensis, segundo vol., trad. do alemão por Domício de Figueiredo Murta. Cia. Editora Nacional, s.d., p. 244.

volveram-se rapidamente nas regiões de Minas Novas e Sabará, servindo ao consumo local e à exportação para o Rio de Janeiro. Em 1818, Saint-Hilaire atribuía ao Termo de Minas Novas¹⁶ uma população de 27 mil pessoas e apontava o algodão como principal produto local, inclusive exportado para a Europa. Mineração era ali, à época, atividade completamente decadente¹⁷.

Em toda a Zona Metalúrgica cultivavam-se os cereais básicos (arroz, feijão e milho) e também a cana-de-açúcar. Praticamente toda fazenda e fazendola possuía seu moinho (monjolo) para fabricar o fubá e seu engenho de moer cana, para fabricar o açúcar, a rapadura e a aguardente. Esses gêneros e os cereais básicos raramente eram exportados, até quase o final do período da escravidão, evidenciando o caráter de produção para a subsistência ou, quando muito, para mercados locais¹⁸.

A metalurgia se concentrou mais na região de Itabira, Ouro Preto, Santa Bárbara e Conceição do Mato Dentro, onde forjas do tipo catalão fundiam o minério extraído nas vizinhanças. Saint-Hilaire e Eschwege visitaram, na década de 1810, as forjas de Gaspar Soares, em Conceição do Mato Dentro, do Girau, em Itabira e do Bonfim, em Serro do Príncipe. Em 1864, havia 120 fábricas de ferro em toda a Província, claramente concentradas na região de Ouro Preto e Itabira¹⁹.

A pecuária tornou-se atividade extensiva na Zona Metalúrgica e no Paracatu, tardiamente ocupado como região de mineração. No entanto, a criação de cavalos e bestas de carga nunca chegou a ser suficiente para as necessidades regionais. Se, em 1840, o viajante Gardner podia comentar que gado e cavalos de Montes Claros eram exportados para a Bahia, em 1865 outro viajante, Burton, comentava a importação de mulas para Januária, na mesma região de Montes Claros, vindos do Rio Grande do Sul, via Sorocaba e São Paulo²⁰.

No Campo das Vertentes e no sul da província, entre 1820 e 1850, desenvolveu-se a pecuária leiteira, o cultivo do fumo, do algodão para atender manufaturas locais, do café e a criação de porcos para a produção de carne e toucinho para exportação.

Em meados da década de 1830, a Província já perdera quase que completamente sua identidade como economia mineradora e apresentava um quadro bastante diversificado de atividades agrícolas, com alguns produtos ganhando relativa preeminência regional. Em 1838, o Presidente José Cesário de Miranda Ribeiro, em seu relatório à Assembléia, reconhecia o caráter "meramente agrícola" da Província. Acrescentava no entanto que o melhor aproveitamento dos recursos naturais de Minas era prejudicado pela escassa população e pelo caráter primitivo das técnicas usualmente empregadas.

O progressivo fortalecimento do setor agrícola teve caráter claramente regional, como se pode depreender das informações compiladas no Quadro 5. Aí foram listados os principais produtos exportados pelas diferentes recebedorias regionais, localizadas nas fronteiras da Província. Englobadas sob a designação de Paracatu estão as recebedorias do norte, cujo comércio maior se fazia com a Bahia. A Zona do Triângulo negociava principalmente com São Paulo, o Sul com São Paulo e Rio de Janeiro e a Mata exclusivamente com o Rio de Janeiro. As recebedorias eram agências do governo provincial, localizadas estrategicamente nas únicas vias de saída de Minas e encarregadas de recolher os impostos de exportação.

O Quadro 5 tanto evidencia o crescente dinamismo do Sul e da Mata, em detrimento das zonas historicamente ligadas à mineração, como também o caráter diversificado da economia agrícola, que se vai fortalecendo entre 1820 e 1850. Ao lado dos produtos principais listados, uma vasta gama de outros gêneros e manufaturas, exportados em quantidade reduzida, dão uma mostra da busca pouco sistemática de alternativas capazes de oferecer lucro e um novo dinamismo à economia da Província. Anil, araruta, quina, farinha de trigo, chá, pólvora, sabão, mamona, gengibre, amendoim, carás, batatas, poaia, além de manufaturas como selas, redes, gamelas, marmelada, couros curtidos, colchas de lã e chapéus de feltro são apenas alguns de uma lista muito maior de produtos que pagaram impostos nas recebedorias provinciais em 1845.

Nota-se claramente uma rearticulação do dinamismo regional, nesses anos cruciais quando Minas perde, tem

porariamente, sua características distintiva, de Zona de Mineração e de Metalurgia, que só vem a ser plenamente recuperada em meados do século 20.

Tal modificação não se processou sem afetar a distribuição da mão-de-obra escrava. Tomando por base novamente o Quadro 3, alguns traços básicos do processo podem ser apontados.

A Zona Metalúrgica continuou sempre a reter razoável parte da população escrava. Embora não perdesse consistentemente escravos entre 1743 e 1872, passou a uma posição secundária com relação ao total da população escrava, na Província, a partir de 1850. Não se pode dizer, no entanto, que esse movimento se acentuasse exageradamente, a partir de 1850, quando a economia agrícola do Sul e da Mata se impuseram como os núcleos mais dinâmicos dentro da Província. Na região do Serro, o ganho em população escrava, em geral, consistente para todo o período, concentrou-se nas áreas de cultivo do algodão e da pecuária.

No centro da Província, no chamado Campo das Vertentes, a população escrava cresceu entre 1743 e 1821 e passou a diminuir consistentemente após essa data, especialmente entre 1854 e 1872. Explicação plausível para tal tendência pode ser a facilidade de comunicação com as áreas em expansão, Sul e Mata, demandando mão-de-obra especialmente após a cessação do tráfico negreiro, em 1850. Parece certo que, onde a facilidade do transporte e o próprio estímulo do mercado o favorecia, o comércio de escravos das regiões decadentes para aquelas em expansão processou-se com certa regularidade. Comentando sua visita a São João Del Rei, vila localizada próxima ao centro dinâmico do comércio Provincial, na Zona do Paraibuna, Burton escreveu que, *"in 1867, I was told the number of slaves in the municipality (to be) about 1350, in the city, 500. This is not unlikely in a pastoral land, where free labor is preferred to the brutal negligence of the African and whose hands have mostly been sold off to the agricultural districts of Rio de Janeiro, which still calls for more"*²¹.

A região Sul, onde o café só veio a ser cultura importante a partir das primeiras décadas do século XX, sentiu os efeitos da expansão da zona cafeeira da Mata, a par

Quadro 5

Exportação mineira, por recebedorias regionais (produtos escolhidos)

Região	Queijo (unidades)		Gado vacum (unidades)		Porco (unidades)		Galinhas (unidades)		Algodão em rama (arrobas)		Pano de algodão (varas)	
	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845
1. Sul	885.242	51.150	48.446	10.970	37.233	33.204	73.171	10.428	14.127	-	212.557	67.149
2. Mata	174.365	279.288	5.103	41.827	2.936	11.583	41.483	79.682	67.602	1.267	977.815	1.813.621
3. Triângulo	-	109	-	59	-	-	-	-	-	-	-	1.850
4. Paracatu	-	-	8.557	554	-	-	-	-	10.267	6	52.160	1.050

Fontes: Os dados para 1819 foram retirados do Mapa da Exportação do mês de julho de 1818 a junho de 1819, da Capitania de Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, 1899, p. 748.

Os dados para 1845 foram retirados do relatório do presidente Quintiliano José da Silva, 3 de fevereiro de 1846, anexo (Mapa dos gêneros exportados e importados pelas recebedorias da Província de Minas, no ano financeiro de 1844-45).

Quadro 5-A

Exportação mineira, por recebedorias regionais (produtos escolhidos)

Região	Açúcar (arrobas)		Café (arrobas)		Fumo (arrobas)		Toucinho e Carne salgada (arrobas)		Milho (alqueires)		Arroz (alqueires)		Feijão (alqueires)	
	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845	1819	1845
1. Sul	1.134	2.803	300	58.449	133.222	72.160	76.075	-	6.740	-	6	120	450	-
2. Mata	12.758	4.247	9.407	371.348	98	994	70.107	143.012	-	4.591	-	29	-	251
3. Triângulo	-	-	-	24	-	-	-	951	-	-	-	-	-	-
4. Paracatu	8.952	-	32	20	100	39	3.011	56	433	-	70	-	276	-

Fontes: Os dados para 1819 foram retirados do Mapa da Exportação do mês de julho de 1818 a junho de 1819, da Capitania de Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, 1899, p. 748.

Os dados para 1845 foram retirados do relatório do presidente Quintiliano José da Silva, 3 de fevereiro de 1846, anexo (Mapa dos gêneros exportados e importados pelas recebedorias da Província de Minas, no ano financeiro de 1844-45).

tir de 1850, quando começou a perder lentamente sua população escrava.

A Mata é a região que, de fato, forma-se exclusivamente como zona de ocupação agrícola, a partir da década de 1820. Entre 1821 e 1854, sua população escrava aumentou rapidamente e, entre 1854 e 1872, se diminui a intensidade do crescimento, mantêm-se um ritmo constante de expansão da população escrava.

É dentro desse quadro de reorganização lenta da distribuição regional da população escrava que o problema da mão-de-obra começou a ser mais insistentemente abordado pelas autoridades provinciais. Duas eram as queixas que mais se repetiam: a de falta de braços para a lavoura e a da dificuldade para se conseguir trabalhadores diaristas. Esses últimos, negros e mulatos livres, ou exigiam pagamentos considerados exorbitantes pelos fazendeiros ou simplesmente recolhiam-se a formas muito primitivas de economia de subsistência, internando-se pelo território ainda não ocupado, onde vieram a formar muitos desses povoados miseráveis que os viajantes estrangeiros descreveram com tanto desgosto, lamentando "a preguiça e o desleixo" do mineiro pobre.

A análise do problema da mão-de-obra na Província vai ganhando tom de maior urgência, à medida que os anos passam. Em 1835, o presidente Antonio Paulino Limpo de Abreu, comentava que o crescimento da população da Província, ao lado da ineficiência dos métodos agrícolas usualmente empregados, oferecia uma perspectiva sombria para o futuro. Urgia a criação de uma escola agrícola, destinada a difundir técnicas mais modernas de cultivo, de modo a compensar a carência de mão-de-obra e a impedir a destruição sistemática da reserva florestal da província²².

Em 1838, o presidente José Cesário de Miranda Ribeiro considerava que a solução para os problemas de estagnação econômica estaria no aumento sistemático da população livre, considerada muito pequena para ocupar produtivamente o território. Tal política deveria ser acompanhada de medidas tendentes a facilitar a expansão de pequenas e médias propriedades, de onde, com técnicas agrícolas modernas, jorrariam as riquezas da terra destinadas

a enriquecer a Província, o que não se conseguira com as esgotadas riquezas do subsolo²³.

Já o presidente Bernardo Jacintho da Veiga, em 1839, considerava que a economia da Província dependia mesmo e sem solução da manutenção do trabalho servil, considerado escasso à época. Sugeria então uma política deliberada de aumento da população escrava, por meio de incentivos ao casamento e procriação e um melhor tratamento aos recém-nascidos²⁴.

No entanto, em 1843, a menção do problema da mão-de-obra assume um tom mais objetivo e urgente, nas palavras do presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Dizia ele, *"a falta de braços para a agricultura e para todos os trabalhos que podem e devem desenvolver-se nesta Província é tão sensível, principalmente depois que foi vedado o tráfico da escravatura, que muito se deve pensar em meios de a remediar"*. Sugeria que a Assembléia deveria votar leis facilitando a concessão de lotes a estrangeiros, independente de restrições quanto à religião ou país de origem, os quais trabalhassem ali por certo número de anos até terem o direito ao título definitivo de propriedade. Tal solução deveria ser complementada pela importação de trabalhadores africanos livres, destinados a formar o mercado de "jornaleiros"²⁵.

Em 1846, fazendeiros do município de Pouso Alegre, no sul da Província, onde se iniciava a cultura do chá, solicitavam do governo medidas destinadas a aumentar a oferta de mão-de-obra local. Ao que o presidente Quintiliano José da Silva propunha solicitar-se ao Imperador que, do próximo navio negreiro apreendido, fossem enviados os africanos libertados para Minas, a fim de serem distribuídos entre os plantadores de chá. A mesma queixa de falta de braços se fazia ouvir entre os fazendeiros do município de Jaguari, próximo a Pouso Alegre²⁶.

Soluções parciais e temporárias eram experimentadas por quem tinha necessidade de mão-de-obra e dificuldades de conseguí-la num mercado competitivo. O arrendamento de escravos, às vezes por longos períodos, foi uma das formas comumente usadas, como se pode inferir dos comentários feitos pelo mesmo presidente Quintiliano Silva, em

1847. Segundo ele, a Assembléia deveria votar uma lei estabelecendo um prazo-limite legal para o arrendamento, a partir do qual se caracterizasse a transação como venda, passível de pagamento de impostos específicos à fazenda Provincial. Citava o caso da compra de grande número de escravos pela Mina de Congo Sôco, em Caeté, disfarçada como um arrendamento pelo período de cinquenta anos²⁷. O próprio governo arrendava escravos a proprietários localizados nas vizinhanças dos lugares onde obras públicas (estradas e pontes) achavam-se em andamento.

Mesmo no período de mais intenso crescimento da população escrava na Província, entre 1850 e 1870, as queixas a respeito da carência de mão-de-obra não diminuem. Em 1858, o presidente Carlos Carneiro de Campos tornava a enfatizar a necessidade de se estimular a colonização estrangeira, "que (suprisse) a deficiência de braços de que se(ia) ressentindo a lavoura". Sugeriu que colônias desse tipo fossem instaladas entre as cidades de Paraibuna (depois Juiz de Fora) e Barbacena, por causa de suas terras férteis e da facilidade de meios de comunicação. E acrescentava, dirigindo-se à Assembléia, *"a urgência com que convém acudir à falta sensível de braços conduz a empregar essas medidas de cuja difícil realização sou o primeiro convencido. Vêdes porém que, na deficiência de uma boa polícia, que utilize convenientemente os muitos braços inertes pela ociosidade existentes na Província, nem um outro recurso resta mais do que o da introdução de colônias estrangeiras"*²⁸.

Sem dúvida que, aos olhos das autoridades, medidas destinadas a diminuir a dependência em face do trabalho impunham-se com urgência. O resultado concreto dessa percepção foram os esforços iniciados no fim da década de 1850, e mantidos por toda a década de 1860, no sentido de criar e manter colônias estrangeiras em diferentes pontos da Província. Ao norte da Zona Metalúrgica, a Companhia do Mururi constituiu o núcleo de Filadélfia, inicialmente povoado com colonos alemães. Na estrada do Paraibuna, a Companhia União e Indústria fundou a Colônia Pedro II, com trinta e sete famílias tirolezas entregues à agricultura e a manufaturas mais simples (como a olaria e a fiação). Na Colônia Militar do Urucu, também ao norte da Zona Metalúrgica, vinte e oito famílias portuguesas vindas da Ilha

da Madeira conviviam com pouco menos de duas centenas de holandeses e belgas, de "ínfima categoria", que a Companhia do Mucuri transportara gratuitamente desde a Europa.

Em 1862, havia um total de 1958 colonos estrangeiros nesses lugares, assim distribuídos²⁹:

1. Filadélfia: Alemães	316
Portugueses	88
Belgas e Franceses	31
Diversas nacionalidades	<u>52</u>
	487

2. D. Pedro II: 1183 pessoas de diversas nacionalidades.

3. Colônia Militar do Urucu:

Nacionais	81
Portugueses	113
Belgas	13
Holandeses	75
Alemães	2
Suíços	<u>4</u>
	288

No entanto, a própria estrutura da economia Provincial, com seus mercados regionalizados, a crescente importância da produção agrícola, voltada para o setor externo, e a precariedade do sistema de transportes, contribuíram para dificultar a sobrevivência de pequenas propriedades de tipo camponês³⁰. A partir da década de 1850, a grande propriedade baseada no trabalho escravo passou a ser a unidade dinâmica da economia agrária. Convivendo com ela, estendia-se uma vasta rede de pequenos sítios e fazendolas, produzindo exclusivamente para a sobrevivência. Propriedades médias, do tipo camponês clássico, produzindo para mercados regionais e usando trabalho livre dificilmente poderiam sobreviver como instituição dentro de um sistema econômico caracterizado pela compartimentação geográfica e pela falta de um bom sistema de transportes integrando suas diferentes partes. Não resta dúvida de que, entre 1800 e 1850, mercados regionais foram precariamente constituídos e deram fisionomia própria a regiões específicas dentro da Província. Ao norte da Zona Metalúrgica, os municípios

de Diamantina (Tejuco) e Serro se complementavam economicamente, este último sendo o produtor dos gêneros de primeira necessidade e a ligação com a pecuária desenvolvida no Sertão. Diamantina era o centro comercial dinâmico, onde se comprava o sal e outros produtos vindos da Corte e onde se consumiam também os artigos da manufatura têxtil e das forjas de Conceição do Mato Dentro e da cidade do Serro³¹.

O centro da Província, incluindo a região dos rios Paraibuna, das Velhas e das Mortes, formava outro mercado regional, claramente vinculado ao Rio de Janeiro e servindo a parte da Zona Metalúrgica que incluía os municípios de Ouro Preto e Sabará.

O que se observa, então, entre 1800 e 1850, é um lento processo de adaptação a uma economia agrícola, cujos setores mais dinâmicos se localizaram em áreas desligadas da antiga Zona de Mineração. O resultado desse movimento foi a crescente regionalização do sistema econômico da Província, acompanhada, gradualmente, por modificações definitivas na distribuição espacial da população escrava.

Nos meados do século XIX, a Província apresentava-se já claramente dividida em dois subsistemas econômicos: o Sul e a Mata, essencialmente caracterizados pela produção para a exportação e as regiões de ocupação mais antiga, o Centro e a Zona Metalúrgica, desenvolvendo uma economia de subsistência e a produção para mercados locais ou regionais. Em cada um desses subsistemas, a utilização da mão-de-obra escrava assumiu características peculiares. Na zona expansionista, desenvolveram-se as grandes propriedades, concentrando em geral grande escravaria. Não obstante persistisse aí o caráter relativamente autárquico das fazendas, como unidades de produção e consumo, seu dinamismo era dado fundamentalmente pelo vínculo com o setor externo. Outro foi o padrão que se fixou nas zonas de ocupação original. As grandes concentrações de escravos nas mãos de poucos proprietários eram mais raras ali, segundo o testemunho dos viajantes que as visitaram. A subutilização do trabalho escravo, evidenciada pela pequena produtividade da economia regional em termos de produção para exportação, revela uma faceta interessante do sistema servil nesses lugares, ou seja, a capacidade de se

manter uma população escrava relativamente estável durante um longo período, essencialmente desligada de um vínculo intenso e permanente com a produção para a exportação.

Como se pode ver pelo Quadro 5, já nos meados do século, o centro dinâmico da economia provincial se transferira totalmente para o Sul e a Mata, cujo vínculo principal era menos com outras partes de Minas que com o mercado da Corte. Mesmo atividades antes dinâmicas, como o cultivo do algodão e a indústria têxtil na região de Minas Novas, ao norte da Zona Metalúrgica, decaíram na segunda metade do século XIX, enquanto o café, o fumo, os laticínios e os têxteis do Sul e da Mata ganhavam progressiva importância como produtos de exportação.

A despeito do dinamismo expansionista especialmente visível na zona da Mata, o quadro geral para o resto da Província era de estagnação, ou mesmo de decadência, em alguns casos. Na região cafeeira, o crescimento da população e da produção foi muito rápido. Um caso típico é o do município de Leopoldina, o maior exportador de café da zona da Mata, na década de 1870, que, por volta de 1850, era um povoado de segunda categoria e, já em 1871, possuía cerca de 38 mil habitantes e exportava em torno de 900.000 arrobas de café anualmente. Escrevendo no final da década de 1870, dizia de Leopoldina o fazendeiro Ferreira de Rezende que, *"em princípios de 1850, (...) essa cidade que é hoje tão catita e que parece um pedacinho da grande cidade do Rio de Janeiro, não era sequer uma simples freguesia desta nossa tão vasta e tão sertaneja Província, e até mesmo muito poucos anos antes disso, pode-se ainda acrescentar que não passava de um pobre e bem insignificante lugarejo ou de um simples rancho de tropa"*³².

As benesses desse processo de crescimento econômico não atingiam as demais regiões da Província, no entanto. Em geral, os comentários dos presidentes, a partir de 1850, pintam um quadro de decadência ou de estagnação, com empreendimentos variados sendo tentados em busca daquele "produtor motor" capaz de trazer de novo a riqueza e o progresso. O que se nota mais, nesses anos que vão até o final da escravidão, é uma tendência acentuada para a economia autárquica e a compartimentalização do território, não integrado por um sistema eficaz de transportes.

Em 1851, o presidente José Ricardo de Sá Rego comentava a decadência do cultivo do chá, que se anunciava antes como uma cultura promissora, porque não mais se achava um bom mercado na Corte³³. Em 1859, o presidente Carlos Carneiro de Campos lamentava a decadência da agricultura, que produzia o maléfico resultado de encarecer desmedidamente os gêneros de primeira necessidade. E acrescentava, *"os favores à indústria da Província, quer fabril quer agrícola, não têm sido diretos, nem o podem ser. No estado atual das coisas, dada uma grande falta de braços e desconhecidos os bons progressos industriais, o que se pode fazer de melhor para, de alguma sorte, remover os embaraços existentes é, a par da vulgarização desses processos e dos mecanismos que os acompanham, facilitar quanto se possa a locomoção dos gêneros"*. Julgava que a enorme dispersão da população de nefastos efeitos para o desenvolvimento mais harmonioso da Província estava essencialmente ligada ao uso de técnicas agrícolas muito primitivas. O machado e o tição não só destruíam matas preciosas como tornavam pouco produtivas as lavouras, encarecendo os custos finais da economia mineira³⁴.

O mesmo presidente, em 1860, chamava atenção para a completa decadência da indústria da cana-de-açúcar, que fôra florescente na Província, durante muitos anos. Os fazendeiros recusavam-se a aperfeiçoar os métodos de produção do açúcar e perdiam terreno diante da expansão canavieira da baixada fluminense. Considerava, à época, que só um intenso aumento da população e a rápida difusão de meios de comunicação poderiam mudar o quadro de decadência, traço dominante da economia Provincial³⁵.

Em 1869, o presidente Domingos de Andrade Figueira reconhecia claramente a diferenciação regional e a decadência de regiões que haviam florescido no passado. Comentava, por exemplo, a queda da indústria manufatureira, que já prosperara em muitos pontos da Província e que agora não mais podia competir com produtos estrangeiros, por causa do custo elevado do trabalho. Quando à região mais dinâmica, *"a principal exportação consiste no café que, cultivado principalmente na zona que compreende os municípios do sudeste da Província é com menores dificuldades levado ao grande mercado da Corte; no gado de diversas espécies que, criado em grande escala nos municípios do in-*

*terior, é tocado para o mesmo mercado, onde, se deixa lucro ao exportador, não é tal como deveria esperar se outro fosse o estado dos caminhos que têm de transpor; no fumo, que se cultiva em maior abundância no sul da província"*³⁶.

Em 1870, o presidente Agostinho José Ferreira Bretas dava-se conta dos problemas que a Província teria que enfrentar com o fim do trabalho escravo, que então se anunciava como progressivo. O exemplo do insucesso da colonização com a colaboração de estrangeiros, claramente evidente nas experiências tentadas nas décadas de 1850 e 1860, levava-o a concluir que a solução seria estimulá-la com nacionais, devidamente apoiados numa "agricultura científica", a ser difundida por meio de escolas agrícolas, que o governo provincial patrocinaria. Também ele partilhava do ponto de vista segundo o qual a grande dispersão da população mineira derivava das técnicas agrícolas predatórias então largamente usadas. É apenas entre os viajantes estrangeiros que se vai encontrar a opinião de que esta dispersão era, antes de tudo, causada pela enorme disponibilidade de terra devoluta, que, nas regiões ainda virgens, poderia ser facilmente apossada por indivíduos livres, em sua maioria ex-escravos, buscando sobreviver fora dos vínculos de uma economia de mercado³⁷.

Que tal processo de regionalização ou de crescimento desigual não acarretou uma rápida e intensa concentração da mão-de-obra escrava nas zonas que se expandiam, o Sul e a Mata, pode ser visto pelo Quadro 6. Esta quadro pode ser complementado pelo Quadro 7, que permite ver a distribuição da população escrava, por regiões, de modo agregado. No entanto, deve-se observar que a construção do Quadro 7 padece de limitações bastante sérias. Com efeito, no ano de 1854, como já se viu, o Sul e a Mata ainda não eram as regiões pujantes que vieram a ser menos de vinte anos mais tarde. Informações estatísticas para esse período são, conseqüentemente, muito escassas. Para o Sul, só se acharam disponíveis dados para os municípios de Cristina, Aiuruoca e Lavras que, sendo importantes, não podem, no entanto, ser considerados os mais representativos. O caso da Mata é também sério: só Mar de Espanha, Pomba e Ubá enviaram informações para 1854. Desse modo, a comparação com a situação em 1872 só se faz usando esses municípios, mesmo sabendo-se que municípios mais dinâmicos e populosos se

formaram nesses vinte anos.

No entanto, levando-se em conta que as demais regiões estão praticamente representadas com sua população escrava total, a comparação agregada pode ser significativa, quando confrontada com o total de escravos da Província, em 1872.

O Quadro 6 em princípio confirma as conclusões previamente tiradas de que a população escrava continuou concentrada na Zona Metalúrgica, durante todo o século XIX e de que não houve um rápido e intenso processo de perda de escravos nas zonas decadentes, entre 1850 e 1870. Se é certo que, em 1872, a estimativa do total de escravos nas demais regiões da Província, exceto Sul e Mata, não chega a 35% do total da população escrava (373.193 escravos), não se pode esquecer que, em 1854 a Zona Metalúrgica reunia 86.162 escravos e mantinha esse número em 1872 (86.897). Daí se infere que a distribuição global da população escrava, entre 1852 e 1872, deve necessariamente ter tido mais que ver com o tráfico inter-provincial que com um mercado interno de escravos, atraindo mão-de-obra das regiões decadentes ou estagnadas. Por outro lado, se tomamos a estimativa da população escrava para 1866, quando o número estava em torno dos 300.000, a proporção concentrada na Zona Metalúrgica atinge praticamente 40%.

Dentro da própria Zona Metalúrgica, os municípios que viram crescer sua população escrava entre 1850 e 1870 são principalmente aqueles onde prosperavam a metalurgia e a exploração de ouro com investimentos ingleses. O caso de Queluz (mais tarde Conselheiro Lafaiete), Sabará e Santa Bárbara são indicativos dessa tendência.

O quadro até aqui esboçado sugere que, entre 1850 e 1870, a economia mineira passou a ser essencialmente agrícola, produzindo predominantemente para exportar para mercados externos à própria Província, quer o Rio de Janeiro e São Paulo ou o exterior. No entanto, essa dependência em face do setor externo não contribuiu para a integração de regiões estagnadas da Província no ritmo das economias principais, nesse sentido de que não incentivou a criação de um mercado interno de mão-de-obra, livre ou escrava, como se evidencia, tanto pelo intenso crescimen

to da população escrava, entre 1866 e 1872, como pela retenção continuada de mão-de-obra escrava nas regiões de ocupação mais antiga e então economicamente decadentes.

Desse modo, pode-se concluir que a Província de Minas, no século XIX, constitui caso peculiar de retenção de mão-de-obra escrava, sub-utilizada, já que, pelo menos 100.000 trabalhadores potenciais se achavam agregados a empreendimentos bastante pouco produtivos, espalhados principalmente pela Zona Metalúrgica e pelo Paracatu. É importante observar que as atividades mais lucrativas nessas regiões, durante a segunda metade do século XIX, a metalurgia e a pecuária, não eram concentradoras de mão-de-obra. Em 1865, por exemplo, a mina de Morro Velho, que empregava o maior número de pessoas nesse tipo de empreendimento, na aquela época, possuía 1.452 escravos³⁸. Em 1854, a fábrica de ferro organizada por João Monlevade, próxima a Caeté, empregava 150 escravos³⁹.

A pecuária era, igualmente, atividade que exigia pouco pessoal e, segundo informações dos viajantes que visitaram a Província no século XIX, muitas poucas vezes entregue ao cuidado de escravos, pela excessiva mobilidade que exigia através de extensos territórios. Os vaqueiros eram, em sua maioria, mulatos ou negros livres, trabalhando em regime de parceria, ou, então, os próprios filhos do pecuarista.

O que fazia, em geral, esse grande número de escravos até 1872, na velha Zona Metalúrgica, no centro e no oeste da Província, é uma pergunta que, quando respondida, lançará luz essencial à compreensão desse processo de sub-utilização de grande quantidade de trabalho escravo, que tanto distingue a Província de Minas, quando comparada com a de São Paulo, especialmente a partir da segunda metade do século XIX.

Quadro 6

População escrava em 26 municípios da Província de Minas,
em 1854 e 1872

Região	Municípios	População escrava	
		1854	1872
1.Metalúrgica	Queluz	7.195	14.621
	Bom Fim	5.004	5.831
	Sabarã	6.704	9.002
	Pitangui	8.760	7.047
	Serro	8.000*	9.520
	Diamantina	9.795	7.510
	Minas Novas	10.000*	4.312
	São José	5.188	2.735
	Mariana	11.000	8.405
	Itabira	7.821	7.464
	Santa Bárbara	3.034	7.653
	Caeté	3.661	2.797
2.Paracatu	Montes Claros	2.440	4.097
	Januária	1.500	1.115
	Paracatu	7.576	2.635
	Patrocínio	3.502	7.185
	Uberaba	5.000*	3.302
3.Campo das Vertentes	Tamanduá	4.037	4.757
	Formiga	4.800*	3.625
	Pium-í	2.000*	4.017
4.Sul	Cristina	3.567	4.489
	Aiuruoca	9.500	3.564
	Lavras	5.776	8.370
5.Mata	Mar de Espanha	9.416	12.776
	Ubã	8.460*	7.599
	Pomba	5.521	7.028
TOTAL		159.257	161.446

Fontes: Os dados para 1854 acham-se em relatórios enviados pelas câmaras municipais ao governo provincial. Anexos ao relatório do presidente Pereira de Vasconcellos, em 25 de março de 1855. Os dados para 1872 foram retirados do censo de 1872, computados para Minas por Amílcar Martins Filho.

* Aproximadamente.

Quadro 7

Distribuição regional da população escrava de 26 municípios, em 1854 e 1872, com as principais atividades econômicas aí desenvolvidas

Região	Principais atividades econômicas	População escrava		Crescimento/Declínio		% da população escrava total	
		1854	1872	Absoluto	%	1854	1872
1. Metalúrgica	Mineração (ouro e diamantes) Metalurgia Culturas de subsistência Algodão para exportação e para indústria textil local Pecuária	86.162	86.897	+735	+2,35	54,0	53,8
2. Paracatu	Pecuária Culturas de subsistência Mineração (ouro e diamantes) Manufatura de couro	20.018	18.334	-1.684	-7,60	12,5	11,3
3. Campo das Vertentes	Pecuária (exportação de toucinho e carne) Manufaturas (textéis e couro) Agricultura para exportação: açúcar	16.025	15.134	-891	-5,56	10,0	9,3
4. Sul	Culturas para exportação: fumo, açúcar Laticínios	18.843	16.423	-2.420	-12,84	11,8	10,1
5. Mata	Culturas para exportação: café, açúcar Indústria textil	23.397	27.403	+3.996	+17,0	14,6	16,9

Obs: Dados sobre população escrava tirados do Quadro 6.

Dados sobre as principais atividades econômicas tiradas dos relatórios dos presidentes Pereira de Vasconcellos (março de 1855); Carlos Carneiro de Campos (abril de 1859) e Domingos de Andrade Figueira (maio de 1869).

ABSTRACT

This article deals with the question of economic change and the distribution of the slave population in Minas Gerais during the nineteenth century. Analyzing the economic transformations that took place in the province, the author discusses the decline of mining and the expansion of export agriculture. Special emphasis is placed on the fact that a large portion of the slave population was retained in the decadent mining and cattle zones where they remained under-utilized.

NOTAS

1. "(...) partindo de 1735, suponho que entrassem na Capitania 160.000 cativos, cerca de 6.500 como média anual (pelo menos 6.000 por ano, de acordo com os preços das arrematações dos direitos de saída da Bahia, Rio e Pernambuco para as minas, entre 1739 e 1759). De 1760 a 1765, já são apenas 6.660 os que saem da Bahia, ou 1.110 por ano. E acredito que daí por diante as levas diminuíssem a cada ano: numa média de 4.000, de 1760 a 1780; e de 2.000, até 1820, teriam entrado na Capitania, nos sessenta anos, mais 160 mil cativos, perfazendo a soma global (incluindo os entrados antes de 1735) de 470.000 escravos para toda a mineração nas Gerais. Considerando-se o valor da produção de ouro (150 gramas de extração por homem-ano, em treze anos de trabalho efetivo), ter-se-ia a necessidade de 365.400 escravos, ou seja, menos de 80% dos provavelmente importados pela capitania. Somem-se a esses os crias (...), o número de crioulos (negros e filhos de negros nascidos no país), mencionados no censo de 1823, o número aventado poderá pecar por excesso e não por falta". Maurício Goulart, p. 169.
2. W. L. von Eschwege informa que de 1725 a 1735 foram extraídas 1.068 arrobas de ouro; de 1752 a 1753, 107; em 1808, a produção só atingiu 30 arrobas, baixando para sete e duas arrobas, em 1819 e 1820 respectivamente. Citado em M. Goulart, p. 148.
3. De fato, o número de escravos pode ser até um pouco maior, já que o total mencionado foi obtido somando exclusivamente a população negra (homens e mulheres), com putada para 1776. Os mulatos não foram incluídos e existiam num total de 82.110 (homens e mulheres). A grande maioria dos forros, durante todo o período da escravidão em Minas, era constituída de mulatos. Não sendo possível distinguir no total de mulatos o número que ainda permanecia como escravo, optei por não incluí-los na soma. Para a distribuição da população mineira, em 1776 (homens e mulheres; brancos, mulatos e negros) ver W. L. von Eschwege, p. 454.

4. Citado por Captain Richard F. Burton, vol. 1, p. 396.
5. Descrição detalhada da história da formação da Capitania de Minas pode ser encontrada em Augusto de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, cap. IV. Especificamente para a história do distrito dos diamantes, ver o mesmo autor, Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil, cap. I.
6. Relatório do Presidente José Ricardo de Sá Rego, em 2 de agosto de 1851, p. 11.
7. R. Burton, vol. I, pp. 211-19 fornece informações sobre os custos necessários para a exploração lucrativa de ouro na Mina de Morro Velho, localizada na região de Sabará, em 1865. A grande maioria dos mineiros jamais teria recursos suficientes para este tipo de empreendimento mais moderno. O presidente da Província, Domingos de Andrade Figueira, observava, em 1869, que os nacionais eram mal sucedidos na exploração do ouro tanto por falta de recursos como por usarem meios morosos e imperfeitos para a mineração. Relatório de 14 de maio de 1869, p. 38.
8. Um estudo completo desse processo implica a comparação da população escrava e livre para as distintas regiões econômicas que compunham então a Província, desde o início do século até 1870. No entanto, como se verá ao longo do trabalho, os dados aos quais tive acesso não permitem essa comparação global. No entanto, parecem-me ser suficientes para confirmar, em caráter preliminar, as conclusões gerais a respeito do sistema servil dentro da economia mineira, nesse período.
9. John Mawe comenta, a respeito da região do Campo das Vertentes, que começava a se caracterizar como produtora de laticínios: *"I hoped to remark among the inhabitants that air of health and animation which springs from the invigorating occupations and cheering pursuits of husbandry; but no such pleasing change was perceptible. The same want of exertion prevailed here as in other parts of the country; the people seemed to act as if the tenure by which they held their lands was about to be abo-*

lished. All around them had the appearance of make-shift; their old houses fast hastening to decay, (...) wherever a bit of garden-ground was enclosed, it appeared over-run with weeds; (...) the present occupiers were too indolent to gather the fruit. No enclosures were made for pasturage; a few goats supplied the little milk that was consumed; and cow's milk was rarely to be procured". (p. 152).

Augusto de Saint-Hilaire, descrevendo os habitantes, em sua maioria mulatos, das pequenas povoações onde parou entre Minas Novas e o Salgado, na fronteira com a Bahia, observa que, em geral, eram "pobres, ignorantes e ociosos". Enfatizava a origem recente dessas povoações, não tendo mais do que trinta ou quarenta anos de existência, criadas por esses lavradores primitivos que haviam sido marginalizados com o declínio da mineração. Ver especialmente o 2º volume da Viagem pelas Províncias..., passim.

George Gardner, entrando na Província pelo norte, vindo da Bahia, comenta ter procurado um homem para ajudar na condução de sua tropa de burros: "*But I had much difficulty in finding one, notwithstanding there were plenty of young men idling about, who had no disposition to work for a livelihood. It is a common saying in these parts that for every ten who work, there are ninety who do nothing, and maintain a wretched existence by hunting and robbing their more industrious neighbours*". (p. 380) E acrescenta, a propósito do distrito de Riachão, no norte de Minas, que "*the inhabitants of this district are so desperately lazy that they scarcely plant sufficient of anything for their own use, notwithstanding the unlimited extent of ground that each family possess*". (p. 387).

Richard Burton descreveu detalhadamente a decadência das "cidades do ouro" e suas imediações, onde as casas caíam aos pedaços e os gêneros de primeira necessidade atingiam preços exorbitantes por terem de vir de outras regiões, dada a exigüidade da produção local. Ver especialmente o 1º volume, passim.

10. Esse tipo de queixa começou a ser referido com bastante frequência nos relatórios dos presidentes da Provín

17. Augusto de Saint-Hilaire, Viagem pelas províncias..., 29 vol., p. 13-16.
18. Ver Quadro 5, adiante.
19. Essas fábricas estavam assim distribuídas: 84 nos municípios de Itabira, Mariana, Pitangui, Caeté e Diamantina (produzindo um total de 285 arrobas diárias), 27 em Santa Bárbara (produzindo um total de 20.549 arrobas por ano). As demais fábricas estavam distribuídas entre vários municípios do Centro, Sul e Mata, produzindo em menor quantidade. Relatório do Presidente João Crispiniano Soares, em 2 de abril de 1864, p.27.
20. G. Gardner, p. 428. R. Burton, vol. II, p. 265.
21. R. Burton, vol. I, p. 115.
22. Relatório de fevereiro de 1835, p. XIII.
23. Relatório de fevereiro de 1838, p. XV.
24. Relatório de março de 1839, p. XXXVIII.
25. Relatório de maio de 1843, pp. 60-62.
26. Relatório de fevereiro de 1846, pp. 23-24.
27. Relatório de março de 1847, p. 16.
28. Relatório de março de 1858, p. 33.
29. Relatório do Presidente Teixeira da Motta, 19 de agosto de 1862, p. 11.
30. Em 1869, o presidente José Maria Correia de Sá e Benevides tinha a seguinte explicação para o fracasso das tentativas de colonização com estrangeiros: os grandes proprietários, *"em geral, só sabem explorar a terra dominando os que a roteiam"*. Sugeriu que a colonização, para ser bem sucedida e permitir a expansão da pequena e média propriedade, deveria estar totalmente a cargo do Estado. Mas, propunha uma *"colonização assalariada para fornecer aos lavradores braços que*

substituam os escravos, que já faltam e progressivamente vão diminuindo". Relatório de 29 de agosto de 1869, p. 24.

31. A descrição do funcionamento desse mercado regional é dada, com bastante detalhes, em A. de Saint-Hilaire - Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, especialmente pp. 257-286.
32. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, Minhas Recordações, Livraria José Olímpio Editora, 1944, p. 421.
33. Relatório de 2 de agosto de 1851, p. 10.
34. Relatório de 6 de abril de 1859, pp. 46-47.
35. Relatório de 22 de abril de 1860, p. 31.
36. Relatório de 14 de maio de 1869, p. 38.
37. Burton, por exemplo, externa-a claramente. Vol. I, p. 398.
38. R. Burton, vol. I, p. 236.
39. Citado num relatório que Monlevade dirigiu ao presidente da Província, informando sobre a situação das revervas e exploração do ferro em Minas. Apêndice ao Relatório do presidente Pereira de Vasconcellos, 19 de maio de 1854.

BIBLIOGRAFIA

1. BURTON, Captain Richard F. Explorations of the Highlands of the Brazil, with a full account of the gold and diamond mines, 2 vols., London, 1869.
2. ESCHWEGE, W. L. von. Pluto Brasiliensis, 2º vol., Col. Brasiliana, São Paulo. Trad. de Domício de Figueiredo Murta.
3. GARDNER, George. Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. London, 1846.
4. GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil. Das origens à extinção do tráfico. São Paulo, s/d.
5. MAWE, John. Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by the authority of the Prince Regent of Portugal. London, 1812.
6. RELATÓRIOS dos presidentes da Província de Minas Gerais, 1835-1870, microfilmados pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1977.
7. REVISTA do Arquivo Público Mineiro, ano II, Ouro Preto, 1897.
8. ——— • ano IV, Ouro Preto, 1899.
9. SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Col. Brasiliana, S. Paulo, 1941. Trad. de Leonam de Azevedo Pena.
10. ——— • Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Col. Brasiliana, 1938. Trad. e notas de Clado Ribeiro de Lessa.

11. SILVA BRUNO, Ernani. História do Brasil, Geral e Regional, vol. IV, Rio e Minas. São Paulo, 1967.
12. TAUNAY, Affonso de E. Pequena História do Café no Brasil, edição do Departamento Nacional do Café, Rio, 1945.